



Jornal FNE Edição 109 – Jun/11

Nesta edição, Engenheiro traz a cobertura do primeiro seminário realizado pela FNE dentro do projeto “Cresce Brasil e a Copa 2014”, que debaterá as oportunidades de desenvolvimento presentes nos esforços para sediar o mundial de futebol. O evento aconteceu em São Paulo, em 16 de maio, e abordou questões nacionais sobre o assunto e aspectos locais, como a indefinição do estádio paulista.

Também importante a iniciativa da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) de realizar o seu I Encontro Nacional, em novembro próximo. Até lá, acontecerão etapas regionais, cuja inauguração se deu em Maceió, Alagoas, em 20 de maio, com o tema “Trabalho, emprego e qualificação profissional”.

Ainda na agenda a articulação do movimento sindical para aumentar a pressão sobre o Executivo e o Legislativo e garantir a votação de propostas de interesse dos trabalhadores. Entre elas, a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Em entrevista, José Carlos do Carmo, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, fala sobre o programa de inclusão da pessoa com deficiência. Em C&T, um projeto para reduzir a poluição industrial e a grave ameaça à saúde representada pelas emissões dos automóveis. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O ano de 2011 está marcado como atípico para engenheiros, arquitetos e agrônomos do Brasil. Passamos por um momento crítico, no qual é frequente, em qualquer discussão, o tema da falta de profissionais especializados. Portanto, é necessário um posicionamento diferenciado para que não deixemos de ser o referencial em qualquer projeto de desenvolvimento do nosso país.

A Copa 2014 está aí, mão de obra apta a cumprir as tarefas necessárias existe e qualificar é o caminho para assegurar que essa não falte. Porém, o tempo é curto e só nos resta a busca dos direitos em consonância com os deveres. Para tanto, conclamamos os nobres profissionais do setor tecnológico ao debate, que deve ser público, quanto às batalhas que enfrentaremos em defesa do nosso mercado de trabalho.

O livre-arbítrio existe e através dele podemos traçar nosso caminho em benefício de todos. Nesse contexto, não podemos deixar no esquecimento a Proposta de Emenda à Constituição nº 231/95, que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Tampouco, o Projeto de Lei nº 6.706, que nos dá estabilidade e respeito. Temos ainda a obrigação de discutir diversas leis e resoluções, tais como:

- Resolução nº 1.015, que torna o plenário do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) sem a fé pública, quando atropela a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) nos seus arts. 585, 599 e 608;
- Lei nº 6.496, que institui a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e há anos tem seus direcionamentos desrespeitados;
- Lei nº 7.410, que titula erroneamente de engenheiro apenas a especialização em Engenharia de Segurança;
- Decreto nº 4.560, que dá atribuições exorbitantes aos técnicos de nível médio sem que esses tenham sequer o conhecimento em suas grades curriculares;
- PL nº 2.824, que cria polêmicas separatistas entre zootecnistas, agrônomos e veterinários.

A FNE e a Caep (Comissão de Assuntos do Exercício Profissional) colocam-se à disposição de todos para o debate, a troca de ideias e a busca de soluções necessárias ao nosso futuro político e sindical. Sobretudo, alertamos para o momento ímpar das eleições no Sistema Confea/Creas, que ocorrerão em novembro próximo. Exercendo o direito de escolha, poderemos banir todos aqueles que acham que a coisa só é boa quando está ruim.

José Ailton Ferreira Pacheco – Coordenador nacional da Caep (Comissão de Assuntos do Exercício Profissional)

DESENVOLVIMENTO I

Contribuir para que os preparativos ao mundial de futebol que acontecerá no Brasil deixem um legado positivo às 12 cidades-sedes é a principal meta da FNE ao propor a série de debates “Cresce Brasil e a Copa 2014”. A iniciativa que integra o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” teve início em 16 de maio último, com o primeiro evento realizado no auditório do Seesp, em São Paulo. “Queremos colaborar com propostas factíveis e ajudar para que as obras sejam finalizadas em tempo hábil”, ressaltou Murilo Pinheiro, presidente do sindicato e da FNE.

Gilmar Tadeu Alves, secretário especial de Articulação para a Copa 2014 da Prefeitura paulistana, ressaltou que o órgão pretende garantir que a cidade seja a sede da abertura do evento. Na ocasião, antes da decisão contrária da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), anunciada em 27 de maio, ele também apostava na implementação do Centro Internacional de Mídia no Anhembi Parque e em sediar a Copa das Confederações, que acontece em 2013. O secretário tentava assim descartar as notícias veiculadas pela mídia segundo as quais tanto essa quanto a partida inaugural do mundial estariam fora da Capital paulista em decorrência da indefinição quanto ao estádio. De acordo com ele, junto à arena que deve ser construída no bairro de Itaquera, na zona leste do município, estão previstas uma rodoviária e uma Fatec (Faculdade de Tecnologia). Além disso, o Estado e a Prefeitura assinaram um convênio que destinará R\$ 480 milhões à construção de um novoanel viário que garantirá acesso rápido ao futuro estádio do Sport Club Corinthians Paulista.

A previsão otimista foi reforçada por Rodrigo de Carvalho, assessor do ministro do Esporte, Orlando Silva. “Estamos sintonizados com os municípios e estados e perfeitamente dentro do prazo”, afirmou. Segundo ele, serão investidos R\$ 1,2 bilhão no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Em Viracopos, em Campinas, os recursos somarão R\$ 742 milhões. Ao Porto de Santos, serão destinados R\$ 119,9 milhões.

Mais cético, o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS/SP), que preside a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional, questionou a posição do governo sobre o andamento das obras. “Se tudo estivesse ocorrendo dentro do prazo, não haveria necessidade de votar a medida provisória que altera os critérios de licitação”, ironizou.

Chance de evoluir

Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o evento mundial traz a oportunidade de dar continuidade ao ciclo de desenvolvimento do País, além de um grande salto tecnológico. Essa é justamente a expectativa de Marcelo Zuffo, professor do Departamento de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo). Ele acredita que o Brasil pode ser a primeira nação do globo a fazer as transmissões da Copa em ultra-alta definição (qualidade de imagem cinematográfica). “Os jogos mundiais são vitrines das tecnologias de ponta dos países. Esse é um desafio viável para a engenharia nacional, mas temos que começar a trabalhar agora”, recomendou.

Outra necessidade apontada por Zuffo é a expansão da banda larga. Na sua visão, o governo federal deveria fazer uma conexão entre as demandas da Copa e o PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), de modo que os investimentos do plano dessem prioridade às 12 cidades-sedes.

Para cumprir essas metas, Pochmann alerta que o País deverá investir na formação de mão de obra qualificada. “Não há dúvida de que vivemos um momento chave para a re colocação do Brasil no mundo, mas é preciso recuperar o atraso de infraestrutura e capacitar os engenheiros – categoria síntese de todo esse processo de desenvolvimento e avanço tecnológico”, ressaltou.

Falando também da importância da engenharia, Marco Aurélio Cabral Pinto, consultor do “Cresce Brasil” e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), enfatizou que os eventos mundiais devem ser utilizados para transformar as cidades. Na sua ótica, o Brasil tem a oportunidade de repensar o atual processo de urbanização criado a partir do crescimento desordenado e da elevada desigualdade. “Precisamos colocar o País em outra trajetória, e os engenheiros têm grande responsabilidade no redimensionamento dos espaços urbanos”, destacou.

Seguindo o mesmo raciocínio, o vice-presidente de arquitetura do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), Leon Myssior, elegeu o turismo como um dos principais legados que o País pode produzir antes e depois da Copa. Para tanto, ele sugere que as obras de infraestrutura sejam planejadas com harmonia e beleza.

No último painel, entrou em pauta a questão da mobilidade em São Paulo durante o grande evento esportivo, com a apresentação dos projetos do governo local, feita por Ivan Carlos Regina, técnico da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos) do Estado, acompanhado do diretor-presidente da companhia, Joaquim Lopes da Silva Júnior. O programa prevê expansão do metrô, que deve chegar a cerca de 100km de linhas até 2014. No total, até o ano da Copa, estão previstos investimentos de R\$ 20 bilhões no setor. Também estão incluídas no cronograma obras de expressos, corredores de ônibus, VLT (veículo leve sobre trilhos), trem regional em vários pontos da cidade.

A iniciativa contou ainda com a presença de José Maria Marin, vice-presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol); do deputado estadual Pedro Bigardi e do vereador Jamil Murad (ambos do PCdoB/SP); do superintendente do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) Amazonas, Afonso Lins; e da vice-presidente da FNE, Fátima Có, que prestigiaram a cerimônia de abertura.

As apresentações feitas durante o evento e outras informações sobre o projeto estão no site www.crescebrasil.com.br. (Lucélia Barbosa, colaboração de Rosângela Ribeiro Gil)

DESENVOLVIMENTO II

Aconteceu em 20 de maio, na cidade de Maceió, em Alagoas, o primeiro Encontro Regional da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). O evento teve como tema “Emprego, trabalho e qualificação profissional” e abriu a série programada pela entidade que inclui mais três debates a serem realizados em Vitória, Goiânia e Florianópolis até outubro próximo. Após essa maratona, ocorrerá um grande encontro nacional em São Paulo, no dia 25 de novembro, sob o mote “A classe média e a democracia brasileira”.

O objetivo da entidade é dar a sua contribuição a um programa de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico para o Brasil, com a participação dos profissionais liberais. “Temos uma oportunidade ímpar nesse país. As camadas médias devem, junto com o povo brasileiro, construir um novo Estado, que traga a melhoria dos serviços públicos, que permita desenvolvimento com inovação”, afirmou, durante a abertura dos trabalhos, o diretor de Articulação Nacional da CNTU, Allen Habert. “Nossa confederação tem que estar presente nas discussões da sociedade, e não apenas para criticar”, reforçou o presidente da entidade e da FNE, Murilo Pinheiro. José Ailton Ferreira Pacheco, também dirigente da federação e da confederação, que coordenou o evento localmente, comemorou a sua realização em Maceió, apostando no sucesso da CNTU. “Tenho certeza que será a maior confederação de profissionais liberais do Brasil.”

Compuseram ainda a mesa de abertura os deputados estaduais de Alagoas Judson Cabral (PT) e Inácio Loyola (PSDB), o vereador de Maceió Francisco Holanda (PP), o presidente do Crea-AL (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas), Aloisio Ferreira de Souza, e a vice-presidente da CNTU, Gilda Almeida.

Educação

Dando início às exposições, Marco Aurélio Cabral Pinto, professor adjunto de Engenharia de Produção da UFF (Universidade Federal Fluminense), falou sobre “Trabalho, desenvolvimento e inovação”. Ele ressaltou o esforço a ser feito no País, especialmente pela elite intelectual, para superar o subdesenvolvimento. Herança de uma formação socioeconômica marcada por concentração de riqueza e exclusão, a superação do atual “ambiente de trocas desiguais”, afirmou, exige investimentos. “Temos que colocar a serviço da transformação o nosso conhecimento, e essa ação deve ser inovadora”, ressaltou. “As elites brasileiras devem compreender que não avançarão na hierarquia internacional se não forem de mãos dadas com o povo”, concluiu. Nessa agenda, pontuou, tem destaque a educação.

Os esforços nesse campo foram o tema de Luciana Santa Rita, professora adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Ufal (Universidade Federal de Alagoas). Ela mostrou um panorama da instituição, que vem registrando progressos na área de pesquisa e inovação ao longo da última década. “Em 2001, eram 215 estudantes com bolsas de iniciação científica; em 2010, foram 683”, enfatizou. Atualmente, relatou Santa Rita, a Ufal mantém 62

cursos de graduação, com 20 mil estudantes presenciais e 4 mil na educação a distância, além de 25 programas de pós-graduação. Conta com 1.350 docentes efetivos, sendo 600 doutores. Está composta por 21 unidades acadêmicas, sendo duas descentralizadas e localizadas no agreste e no sertão com o objetivo de tornar o ensino acessível à população das regiões mais distantes. A universidade abriga ainda duas incubadoras de empresas.

Requalificação

Se investir em formação de qualidade deve ser agenda prioritária para o Brasil, é também igualmente importante garantir um sistema de educação continuada aos profissionais, que seja voltado a toda a força de trabalho nacional. A proposta foi defendida por Maria Rosa Abreu, professora associada da Faculdade de Educação da UnB (Universidade de Brasília). Tal iniciativa deverá favorecer não só o desenvolvimento profissional, mas também o humano, levando o aluno a entender e transformar o mundo onde vive e aprimorar a si mesmo. Na sua visão, as fontes de custeio do programa seriam, além do financiamento público, o setor empresarial e o próprio estudante, de acordo com sua possibilidade.

A professora louvou iniciativas pontuais nesse sentido, como o trabalho desenvolvido em 1989 pela FNE em parceria com a UnB, que produziu um curso a distância sobre políticas de ciência e tecnologia para os anos 90. A experiência foi apresentada em congresso realizado na Finlândia em 1992, sendo a única representante brasileira. Ela lembrou ainda a Lei 8.029/92, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Profissional e Reciclagem Tecnológica para engenheiros, arquitetos e agrônomos da administração direta e indireta do Estado de São Paulo. A conquista foi fruto do trabalho do Seesp e teve origem no projeto de lei do então deputado estadual Arnaldo Jardim.

Energia

Geoberto Espírito Santo, vice-presidente de Planejamento Energético do Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia e presidente da Algás (Gás de Alagoas S.A.), encerrou os painéis com a exposição “Desafios energéticos nos caminhos do desenvolvimento”. Ele apresentou os projetos em andamento em Alagoas e elencou o que considera as grandes questões energéticas brasileiras. Entre elas, estão o fim das concessões no setor elétrico, os royalties do pré-sal, as rodadas de licitações da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a criação de um plano nacional de eficiência.

Ao final do encontro, os participantes aprovaram a Carta de Maceió, que reafirma o compromisso da CNTU com o desenvolvimento e a inclusão social, a educação e um programa energético sustentável. O documento, assim como as apresentações feitas durante o seminário, está disponível no site da CNTU . (Rita Casaro)

SINDICAL

Como parte de uma série de iniciativas unificadas a se realizarem até 3 de agosto, as centrais sindicais fizeram em 24 de maio último um grande ato em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. Cerca de mil pessoas participaram, as quais, após a concentração nesse local, seguiram para o Salão Negro do Legislativo. Em pauta, a reivindicação da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 231/95, de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), que reduz a jornada semanal de trabalho de 44h para 40h, sem diminuição de salários.

Bandeira histórica do movimento, esse é um dos temas prioritários elencados em reunião na sede da UGT (União Geral dos Trabalhadores), em São Paulo, com a participação de dirigentes dessa organização, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Força Sindical, NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), no dia 9 do mesmo mês. Os demais são: fim do fator previdenciário; regulamentação da terceirização; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dispõem respectivamente sobre o direito de negociação do funcionalismo público e a proibição de demissão imotivada; e a questão das práticas antissindicais. Tais constam da pauta aprovada na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada também na Capital paulista, em junho do ano passado. “Há total unidade nessas bandeiras. Queremos agora definir encaminhamentos nas negociações com o governo”, afirmou Vagner Freitas, diretor-tesoureiro da CUT.

Mobilização nacional

No dia 3 de agosto, devem ocorrer manifestações em âmbito nacional, em que se incluirão os seis pontos preponderantes da pauta. A proposta é que na data se organizem atos públicos de vulto em diversas capitais brasileiras, caracterizando o que os sindicalistas denominaram Dia Nacional de Lutas. A iniciativa foi previamente anunciada durante o Dia do Trabalhador – 1º de maio – para compor o calendário do movimento após essa celebração. A ideia é conjugá-la com a volta do recesso parlamentar no segundo semestre e pressionar o Parlamento e o Executivo federais a incluírem na agenda do período tais pleitos.

Wagner Gomes, presidente da CTB, aponta o panorama em que devem se dar as negociações sobre esses temas: “Dentro do governo, tem uma ala rentista e uma parte que defende mais o desenvolvimento.” Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), pondera que o embate exigirá negociação complexa. “São assuntos complicados e de difícil regulamentação, porque existem diferentes interesses em jogo. Isso torna a tarefa da condução do processo pelas centrais muito mais delicada. Exige muito mais unidade de ação e grande capacidade de mobilização dos trabalhadores.”

O deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical, atesta e enfatiza: “Como acredito que vamos fazer muita pressão, acredito na votação da

redução da jornada de 44h para 40h semanais (ainda em 2011).” Referindo-se sobretudo a esse tema, ele defendeu mobilização permanente no Legislativo, com iniciativas como plantão diário de centenas de sindicalistas na Câmara dos Deputados e a retomada da colocação de cartazes nos gabinetes dos parlamentares, indicando quais apoiam a proposta de emenda à Constituição. Apesar da conjuntura complexa, Paulinho destaca um dado positivo. Segundo ele, pesquisa recente indicou que “53% são favoráveis à votação da redução da jornada e 47% se opõem”.

Outro tema que deve exigir mobilização está sendo colocado na agenda pelo governo: a desoneração da folha de pagamento. “A princípio somos contra”, disse o presidente da Força Sindical. A articulação das centrais cumpre, nesse sentido, papel de resistir também a investidas sobre os salários e a renda. (Soraya Misleh)

Saúde e segurança em pauta

Para além da luta por conquistas, as centrais sindicais participaram em 3 e 4 de maio de seminário que abordou a evolução do trabalho no mundo globalizado, bem como segurança e saúde no ambiente laboral. Os dois últimos foram apontados como prioritários pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que promoveu a atividade, dedicada ao Dia Internacional do Trabalhador. A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) foi representada por seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que também está à frente da FNE. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, salientou que as empresas precisam investir em equipamentos adequados, e os trabalhadores devem aprender a utilizá-los corretamente. “Vamos fazer uma campanha sobre a necessidade de segurança e saúde”, destacou. Ele enfatizou ainda que a geração de empregos tem sido uma constante e que mais jovens com idade entre 18 e 29 anos estão ingressando no mercado. Na sua concepção, o grande desafio é ter emprego com qualidade e, nesse sentido, a capacitação profissional é fundamental. (Com informações do MTE)

SINDICAL II

TO

Posse da diretoria do Coert

No dia 12 de maio último, aconteceu a posse da diretoria do Coert (Conselho Estadual de Relações do Trabalho do Tocantins). Estará à frente do órgão, durante o biênio 2011-2013, a engenheira mecânica Maria José Balbaki Fetti, vice-presidente do Seageto. Segundo ela, um

dos objetivos é desenvolver ações visando a qualificação dos trabalhadores do Estado. Sua pretensão é buscar parceria junto às prefeituras para expandir o atendimento aos municípios.

MA

Workshop define ações da entidade

Com o objetivo de mostrar o cenário atual da agenda administrativa e das ações do Senge-MA em 2011, foi realizado um workshop no dia 7 de maio último, no Brisamar Hotel, em São Luís. Segundo a presidente Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, a expectativa é dar continuidade às metas traçadas pela entidade, bem como executar as novas ações até o final deste ano.

Destacam-se, entre elas, a assinatura do primeiro acordo coletivo de trabalho entre o Senge e o Sinduscon (Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão) no próximo mês de junho; o Seminário de Licitação de Obras Públicas; e a mobilização da entidade para eleição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Maranhão.

Participaram da oficina os diretores Berilo Macedo da Silva, Irandi Marques Leite, Denis Sodré Campos e Jorge Fernando Gondim.

MS

Organização urbana em pauta

Ocorreu no dia 26 de maio último a palestra “A lei de ocupação e uso do solo urbano – planejamento urbano”, apresentada por Marta Lucia da Silva Martinez, diretora-presidente do Planurb (Instituto de Planejamento Urbano) de Campo Grande. A realização foi do Senge-MS em parceria com o Crea-MS (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e o Crea Júnior, programa desse órgão junto aos estudantes de engenharia no Estado. Segundo o presidente do sindicato, Edson Kiyoshi Shimabukuro, “alcançamos nosso objetivo ao reunir 160 participantes entre profissionais e estudantes de engenharia de todo o Estado, pois o tema é atual e servirá de modelo para as prefeituras do interior, uma vez que a lei aplicada em Campo Grande encontra-se bem desenvolvida, moderna e preserva a qualidade de vida”.

Ações traçadas

Nos próximos meses, a diretoria do sindicato se reunirá com profissionais das três maiores cidades do interior do Estado (Dourados, Corumbá e Três Lagoas) para discutir a valorização profissional e a criação de delegacias regionais do Senge-MS. Dourados será a primeira cidade a ser visitada, na primeira quinzena de junho.

PI

Abertas inscrições para 2º Eco Piauí

Acontecerá de 16 a 19 de junho o 2º Encontro de Meio Ambiente do Piauí, no Hotel Rio Poty, em Teresina, promovido pelo Senge e pela FNE dentro do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Serão realizadas palestras que abordarão assuntos como saneamento básico e ambiental e energia e uma visita técnica ao Parque Nacional Serra da Capivara. Segundo o presidente do sindicato, Antônio Florentino de Souza Filho, o projeto resulta em uma orientação através de discussões técnicas para subsidiar os gestores públicos a manterem o processo de crescimento do País. Além disso, defende ações de desenvolvimento no Brasil com base em investimentos em infraestrutura com sustentabilidade e visando promover melhor qualidade de vida à população. Já confirmaram a participação no evento Leodegar Tiscoski, secretário nacional de Saneamento do Ministério das Cidades; Carlos Rauen, secretário de Meio Ambiente de Florianópolis (SC); José Homero Finamor, da Corsan-RS (Companhia de Saneamento Riograndense); Geraldo José dos Santos, presidente do CBHSF (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Carlos Sabóia Monte, consultor técnico do “Cresce Brasil”; além dos professores-doutores Mohamed Habib, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas); Aldeodato Ari C. Salviano, da UFPI (Universidade Federal do Piauí) e da Fundação Agente de Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente; e Cleto Augusto Baratta Monteiro, da Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí). Interessados podem verificar a programação e fazer inscrições no site www.senge-pi.org.br. Vagas limitadas.

AL

Presidente busca apoio na defesa da categoria

Durante o mês de maio, o presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, realizou inúmeras visitas a órgãos públicos de Alagoas, visando averiguar o respeito aos direitos dos engenheiros que neles atuam. No DER (Departamento de Estradas de Rodagem), ele se reuniu com o diretor-presidente Marcos Vital para tratar do projeto que pretende implantar a equiparação salarial para a categoria. No Serveal (Serviço de Engenharia de Alagoas), conseguiu, junto ao presidente Ronaldo Patriota, a realização de um curso sobre orçamento para criar uma tabela de custos de materiais e serviços. Já na Comarhp (Companhia Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio), o presidente Carlos Lima se comprometeu a ser um parceiro em defesa da implantação de tabela salarial, respeitando os nove mínimos na faixa inicial. Além disso, convidou o presidente do Senge a participar da comissão salarial da companhia. Ainda segundo Disneys, acontecerá uma audiência com o governador Teotônio Vilela Filho sobre a isonomia salarial dos profissionais da engenharia no Estado.

CE

Proposta do Senge repercute na mídia

A notícia da criação do Ideci (Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará), proposta pelo Senge-CE ao governador Cid Gomes quando em campanha eleitoral, teve repercussão positiva nos meios de comunicação do Estado. De acordo com a presidente do sindicato, Thereza Neumann Santos de Freitas, que concedeu várias entrevistas sobre o assunto, “essa iniciativa é o primeiro passo para a conscientização dos gestores municipais sobre a importância da participação dos profissionais das diversas áreas tecnológicas nas prefeituras, pois, através do exercício de suas profissões, contribuirão para a continuidade e melhoria da qualidade dos empreendimentos e da vida da população”.

ENTREVISTA

No Estado, 17.561 cidadãos nessa condição foram contratados em 2010. A informação foi dada pelo coordenador do Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência da SRTE-SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo), José Carlos do Carmo. Segundo ele, com essa iniciativa – que é parte de projeto nacional de inserção instituído junto ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) –, a pretensão não é apenas atuar na fiscalização de empresas nos 645 municípios paulistas para assegurar a entrada de pessoas com deficiência no mercado, ao que conta com uma equipe de 80 auditores-fiscais. O objetivo, segundo enfatiza nesta entrevista ao Engenheiro, é ainda envolver a sociedade. Para Carmo, os engenheiros são fundamentais nesse processo.

Quando teve início o Programa de Inclusão à Pessoa com Deficiência da SRTE-SP e quais os objetivos?

A Lei nº 8.213, que em seu artigo 91 obriga as empresas a reservarem percentual das vagas a pessoas com deficiência, é de 1991, mas no Ministério só depois de algum tempo é que se normatizou o processo de fiscalização de seu cumprimento. E nós começamos a fazer isso de forma organizada enquanto programa prioritário para todo o Estado de São Paulo há cerca de cinco anos. O grande objetivo é resgatar o direito das pessoas com deficiência à cidadania plena, ao acesso ao mercado de trabalho.

De quanto é essa cota?

Varia de 2% a 5% do total de vagas nas empresas com 100 ou mais empregados. Considero sua existência absolutamente necessária e correta, justifica-se porque historicamente a sociedade ignorou, não promoveu o convívio, a integração plena de cidadania dessas pessoas. Temos obviamente avançado muito ao longo desses anos todos, mas ainda assim, apesar de termos por exemplo no âmbito da educação uma legislação bastante inclusiva, a prática não vai nesse sentido. No mundo do trabalho então nem se fala, os processos seletivos, ainda que não coloquem explicitamente, são cheios de valores preconceituosos.

O programa fiscaliza o cumprimento da lei junto às empresas?

Com base no sistema de informações que dispomos, identificamos as empresas que têm 100 ou mais funcionários e cuja matriz é em São Paulo. Aí, entram nesse programa. São convocadas para o que chamamos de fiscalização indireta. Em outras palavras, o auditor não vai até a empresa, mas elas são chamadas a comparecer à superintendência ou às gerências regionais, em se tratando de estabelecimento no interior. Na dinâmica do programa, são notificadas para o cumprimento da legislação, até porque são raras aquelas que quando são chamadas pela primeira vez já cumprem a cota, embora seja possível encontrar algumas que já o fazem mesmo sem ter sido fiscalizadas. Damos um prazo em princípio de no máximo 120 dias e, se preciso, então autuamos a empresa. Mas como nosso entendimento é que esse é um tempo muito curto não só para contratar efetivamente essas pessoas, mas para oferecer condições de trabalho para que possam produzir, quando necessário, fazemos o que chamamos de acordo tripartite, em que buscamos envolver de forma coletiva um determinado segmento econômico. Nesses, negociamos prazos maiores, normalmente de até três anos, metas de contratação e chegamos a um consenso sobre quais medidas as empresas se comprometem a executar, visando haver qualidade nesse processo. Dessas, sempre destacamos aquelas voltadas à capacitação de pessoas com deficiência, para a identificação das barreiras no ambiente de trabalho e o compromisso de eliminá-las.

A coordenadoria cuida também das adequações no ambiente de trabalho?

Não é obrigação nossa fiscalizar isso, no entanto, nos pactos e acordos tripartites a gente tem colocado isso e tem acompanhado as medidas tomadas para melhorar as condições de acessibilidade.

Como se dá o monitoramento dos pactos firmados?

Para isso, temos buscado construir indicadores de processos e trabalhamos com outros de resultado. E periodicamente as empresas são chamadas a comprovar o cumprimento das contratações e também das contrapartidas assumidas. Outra questão que faz parte dos acordos é a constituição de comissões de acompanhamento do processo nas empresas.

Também colocamos no acordo tripartite que a inclusão deve ser discutida nas Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), na falta de outra forma de organização dos trabalhadores nos seus locais. A ideia é envolvê-los nesse processo. A empresa se compromete a orientar, formar, sensibilizá-los para como conviver com a pessoa com deficiência, o que é fundamental dada a falta de uma cultura de inclusão no nosso país. Ressaltamos ainda nos acordos que os programas de prevenção de riscos ambientais, assim como os de controle médico de saúde ocupacional devem ter no seu conteúdo questões referentes à inclusão. Também visamos o envolvimento da sociedade. Para seu controle e participação nas ações desenvolvidas, criamos a Câmara Paulista pela Inclusão da Pessoa com Deficiência no Estado de São Paulo. Nela, uma das questões que a gente tem debatido bastante é a necessidade de um observatório em que possamos centralizar as informações existentes e, a partir da análise desses dados, tentar estabelecer diagnósticos e propostas de trabalho.

Apesar de a lei ser de 1991, por que a demora em tornar o tema prioridade?

De maneira mais específica, faltava da parte do Ministério do Trabalho o empenho para normatizações que são necessárias para que a lei possa ser fiscalizada. Mas eu diria que o poder público, de certa maneira, refletiu a importância dada pela sociedade à questão. Tanto que hoje essa é uma ação desenvolvida para o País inteiro, mostrando que cada vez mais ganha força essa bandeira, no contexto geral da luta pelos direitos humanos e pelos direitos de cidadania. É importante destacar que a inclusão é responsabilidade da sociedade como um todo, e os engenheiros podem cumprir um papel importante no sentido de apoiar e participar desse processo. (Soraya Misleh)

C&T

Com o objetivo de otimizar ensaios e técnicas que levem à redução da poluição pela indústria, o LETMCE (Laboratório de Energia Térmica, Motores, Combustíveis e Emissões) do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) adquiriu recentemente medidores de concentração de partículas e de opacidade de gases. A nova instrumentação vai aprimorar métodos e procedimentos empregados nos testes de aditivos destinados a reduzir a emissão de material particulado gerado com a queima de óleo combustível pela indústria, ação que provoca danos à vegetação, deterioração da visibilidade, contaminação do solo e doenças ao ser humano. “Os aditivos são compostos por catalisadores de combustão e dispersantes de asfaltenos (substâncias presentes no óleo combustível que tendem a se aglomerar) que proporcionam uma queima mais limpa e eficiente, isto é, diminuem a emissão, conservam energia e reduzem o consumo de combustível, gerando economia”, explicou o pesquisador Renato Vergnhanini.

A metodologia desenvolvida pelo laboratório para a avaliação levou duas das principais distribuidoras do Brasil a oferecerem ao mercado um óleo combustível aditivado. Uma delas foi a Shell, cujos trabalhos resultaram no lançamento do “OC-Plus”, que promete reduzir em até 75% a emissão de material particulado. Além disso, o LETMCE fez ensaios que determinaram a escolha de uma fornecedora para o óleo combustível aditivado da Petrobras.

Outra função dos novos equipamentos é avaliar processos de combustão da indústria, como uma caldeira ou um forno, medindo temperatura, pressão, vazão e principalmente gases. “Temos um conjunto de analisadores contínuos, porém essa instrumentação veio para otimizar os trabalhos que já vínhamos fazendo”, ressaltou Vergnhanini.

O laboratório possui ainda uma unidade móvel que vai até a indústria solicitante avaliar o consumo de energia e a emissão de poluentes por equipamentos de combustão e gaseificação, facilitando o trabalho de medição e monitoramento.

Soluções automotivas

Com o afastamento das indústrias das grandes cidades, os veículos automotores passaram a ser o principal vilão da poluição atmosférica no espaço urbano. De acordo com Sidney Barbosa de Oliveira Júnior, diretor de Veículos Leves da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), uma das tecnologias utilizadas para amenizar o problema é o pós-tratamento de gases de escape, feito após a combustão. “No caso do diesel, pode ser realizado através de filtros de particulados, catalisadores de oxidação ou injeção de ureia no escape, técnica que passará a ser usada no Brasil a partir de 2012”, informou.

Alternativa ainda é a utilização do catalisador de três vias nos motores a gasolina ou etanol. Além disso, é possível trabalhar na redução de emissões durante o processo de combustão através do aumento da pressão de injeção, melhor pulverização do combustível, recirculação dos gases de escape, aumento de pressão de turbo. “Hoje as normas de emissões são bastante rigorosas e todo veículo novo precisa atender a legislação para ser homologado. No caso dos automóveis antigos ou seminovos, a inspeção veicular é importantíssima, no entanto, poderíamos viabilizar um projeto para renovação de frota aliado à reciclagem”, mencionou Oliveira Júnior. Para ele, o incentivo ao uso de combustíveis renováveis é também importante à redução da emissão de poluentes pelos veículos.

Efeitos na saúde

Lançar mão de todas as alternativas é medida urgente, conforme alerta Paulo Hilário Saldiva, do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da USP (Universidade de São Paulo), tendo em vista que os gases originários da queima de combustíveis pelos automóveis são considerados hoje os mais danosos à saúde. “Cerca de 80% dos poluentes primários, como partículas, monóxidos de carbono e dióxido de nitrogênio, são derivados da opção pelo transporte individual”, mencionou.

Entre as principais enfermidades relacionadas estão infarto, bronquite crônica, asma, câncer de pulmão e doenças vasculares. “Em média 12% dos infartos de miocárdio e 11% dos óbitos na cidade de São Paulo estão atribuídos à poluição do ar”, citou. Outro dado alarmante é a redução em média da expectativa de vida dos paulistanos em um ano e meio. “Isso equivale a fumar dois cigarros por dia”, comparou Saldiva. Ainda segundo o especialista, a má qualidade do ar custa cerca de US\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos brasileiros a cada ano, principalmente com as mortes ou tratamento de doenças associadas direta ou indiretamente à poluição.

(Lucélia Barbosa)